

INCENTIVOS À INOVAÇÃO FARMACÊUTICA O MARCO LEGAL DA INOVAÇÃO NO BRASIL

LEI n° 13.243/2016

DECRETO n° 9.283/2018

III SIMPÓSIO FCE ACBF/ANF
24 de maio de 2018



EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA

O que Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, França, dentre outros, têm em comum:

- ▶ Exibem altos índices de investimento em PD&I
- ▶ Transformam o conhecimento gerado nos centros de pesquisa em produtos e serviços com impacto na economia (indústria, comércio, serviços, etc.)

Marco Legal da Inovação no Brasil

- ▶ A Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação e tecnológica, e à inovação
- ▶ Lei nº 10.973/2004, Lei da Inovação, tem origem na Lei de Inovação nº 82-610 (França) e no Bayh-Dole Act (Estados Unidos)

Marco Legal da Inovação no Brasil

Nos termos da Emenda Constitucional nº 85/15, alterou as seguintes Leis:

- ▶ Lei nº 10.973/2004 – Lei de inovação
- ▶ Lei nº 6.815/80 – Estatuto do estrangeiro (alterado para permitir a concessão de vistos temporários para estrangeiros na condição de beneficiário de bolsa vinculada a projeto de pesquisa)

Marco Legal da Inovação no Brasil

- Lei nº 8.666/93 – Lei de licitações (alterada para permitir a dispensa de licitação para aquisição ou contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento)
- Lei nº 12.462/11 - Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC
- Lei nº 8.745/93 - Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (alterada para permitir admissão de pesquisadores e técnicos para projetos com prazo certo em instituição de pesquisa)

Marco Legal da Inovação no Brasil

- ▶ Lei nº 8.958/94 – Trata das relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio (alterada para permitir que Núcleos de Inovação Tecnológica – NITs das instituições públicas funcionem como fundações)
- ▶ Lei nº 8.032/90 – Trata da isenção ou redução de impostos de importação

Marco Legal da Inovação no Brasil

- ▶ Lei nº 8.010/90 – Trata de importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica
- ▶ Lei nº 12.772/12 - Trata da estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal

Marco Legal da Inovação no Brasil

- ▶ Decreto 9.283/2018
- ▶ Norma jurídica expedida pelo chefe do Poder Executivo para detalhar as disposições gerais e abstratas da lei, para o fim de explicitar a sua aplicação – com amparo no artigo 84, inciso IV, da Constituição Federal
- ▶ As universidades têm vocação para ensino, pesquisa e extensão e podem gerar negócios com participação de seus professores e alunos (*startups acadêmicas*)



Marco Legal da Inovação no Brasil

- ▶ Regulamenta os novos instrumentos de contratação, gestão e fomento
- ▶ Desburocratiza os procedimentos na relação entre os setores público e privado na área de CT&I.
- ▶ Detalha aspectos operacionais das parcerias e projetos relacionados à CT&I, o que traz segurança jurídica aos envolvidos
- ▶ Passa a permitir que a ICT pública seja cotista minoritária no capital social de empresas de base tecnológica e fundos de investimento à inovação

Marco Legal da Inovação no Brasil

Alguns pontos relevantes são:

- A Administração Pública (incluindo as agências reguladoras e as de fomento) poderá estimular o desenvolvimento de projetos de cooperação entre empresas, Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) e entidades privadas para criação de produtos, processos e serviços inovadores, além da transferência e difusão de tecnologia
- Liberdade para definir em contrato de quem é a titularidade da propriedade intelectual (PI) e a participação nos resultados da exploração comercial das criações resultantes da parceria




Marco Legal da Inovação no Brasil

- Os contratos de encomenda tecnológica poderão estabelecer direitos sobre a cessão de PI, o licenciamento e a transferência de tecnologia
- As ICTs públicas deverão, ainda, prestar informações anualmente ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sobre sua política de PI, as criações desenvolvidas, as proteções requeridas e concedidas, os contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia, entre outras



Marco Legal da Inovação no Brasil

- ▶ Facilitação do remanejamento de recursos dentro de projetos de CT&I
 - ▶ Prioridade no desembaraço aduaneiro de bens, insumos, matérias-primas, máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, peças de reposição e acessórios
- 



PRINCIPAIS DIFICULDADES

1. A lei de inovação ainda não foi suficiente para alterar a dinâmica da pesquisa no Brasil. Universidades públicas e institutos de pesquisa ainda atuam apartadas dos interesses do setor produtivo
2. Somente com a edição do Decreto 9.283/18 é que foram estabelecidas definições claras sobre as práticas e o modo de operação da gestão da inovação por Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) em parcerias com instituições privadas



OBRIGADO!

Palestrante: Carlos Magno Rodrigues

C. M. Rodrigues Sociedade de Advogados